

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.385 - RS (2019/0281954-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD - RS062120
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO - RS064834
ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA - RS082560
CAROLINA LONGHI DESESSARDS - RS087854
PAOLA GRAVÍ DE AVILA - RS105253
ROBERTA DE OLIVEIRA - RS105176
RECORRIDO : LORENA PINTO SCORNAVACCA
ADVOGADOS : MÁRCIO MAZZOLA SILVA - RS057206
JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI - RS057067

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. DIVIDENDOS. JUROS DE MORA. PARCELAS VINCENDAS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ. 3. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial apresentado por Oi S.A. - Em Recuperação Judicial, com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 260-261):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM S/A.

1. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

A prescrição da pretensão de complementação acionária ou de restituição do valor investido rege-se á pelos artigos 177 do Código Civil de 1916 ou 205 do Código Civil de 2002, que estabelecem, respectivamente, os prazos de vinte e dez anos. Prescrição não implementada no caso dos autos.

2. COMPLEMENTAÇÃO ACIONÁRIA.

Para o cálculo do número de ações deve ser utilizado o valor patrimonial da ação apurado no balancete mensal correspondente à data da integralização.

3. DOBRA ACIONÁRIA.

A parte autora deveria ter recebido junto à Celular CRT o mesmo número de ações objeto da complementação na época da cisão, pois a dobra acionária deve seguir o mesmo critério do balancete mensal.

4. COTAÇÃO DA AÇÃO.

Em caso de conversão em dinheiro da obrigação de subscrição de

Superior Tribunal de Justiça

ações deve ser observado o valor do fechamento da cotação das ações na bolsa de valores na data do trânsito em julgado do título para as ações da CRT e Celular CRT.

5. GRUPAMENTO ACIONÁRIO. CELULAR CRT.

Para as ações da Celular CRTNIVO a serem indenizadas, após a divisão por 100 (cem) e multiplicação do resultado por 7,0294, deve, ainda, ser dividido por 4 e multiplicado por 1,55, encontrando-se o número final de ações da Celular a serem indenizados.

6. JUROS DE MORA. INCLUSÃO NO VALOR PRINCIPAL.

Os juros moratórios incidem sobre a diferença acionária apurada, pois estão incluídos na condenação do principal, desde a citação. Inteligência das Súmulas 254 do STF e 34 do TJRS.

7. CORREÇÃO MONETÁRIA.

A correção monetária é devida a contar do momento em que convertida a obrigação em pecúnia, até o efetivo pagamento.

8. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO.

Os dividendos e juros sobre capital próprio são parcelas acessórias, assim, seguem o principal. De acordo com o preconizado na primeira parte da Súmula nº 552, editada recentemente pelo Superior Tribunal de Justiça, é desnecessária a existência de pedido expresso em relação às parcelas supracitadas.

Cumulação dos dividendos com juros sobre capital próprio. Possibilidade.

9. TERMO INICIAL E FINAL DOS DIVIDENDOS.

O consumidor possui direito aos rendimentos desde quando se tornou acionista da empresa, ou seja, desde quando as ações deveriam ter sido subscritas.

Por sua vez, o trânsito em julgado do feito é o momento mais adequado para que a obrigação relativa aos dividendos cesse, eis que, além de ser alheia ao arbítrio das partes, é quando a obrigação se torna exigível. Precedentes jurisprudenciais.

10. JUROS DE MORA INCIDENTES NOS RENDIMENTOS. TERMO INICIAL.

Tratando-se os rendimentos (dividendos e juros sobre capital próprio) de parcelas de trato sucessivo, com vencimentos previamente estabelecidos, os juros de mora incidem desde a data da citação.

11. CORREÇÃO MONETÁRIA. RENDIMENTOS.

A correção monetária (IGP-M) relativa aos rendimentos deve incidir a partir do momento em que passa a ser devida esta parcela.

APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 323-329).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 333-353), a recorrente alega violação aos arts. 17, 485, VI, 805 e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015; e 389 e 884 do Código Civil.

Sustenta que, apesar da oposição dos embargos de declaração, o Tribunal de origem se manteve omissivo em relação aos questionamentos formulados "acerca da

Superior Tribunal de Justiça

observância dos dados constantes no Relatório de Informações Cadastrais; do valor patrimonial das ações; do critério de conversão das ações; das alterações estatutárias da telefonia móvel; da correção monetária e juros; da impossibilidade de cumulação entre juros sobre capital próprio e dividendos; dos juros de mora sobre os dividendos e, ainda, da necessidade de se observar os índices de deflação" (e-STJ, fl. 339).

Pondera que o Relatório de Informações Cadastrais juntado aos autos é o único documento idôneo capaz de fornecer os dados verídicos da contratação, sendo imperiosa sua apreciação e utilização para elaboração do cálculo indenizatório.

Defende a incidência dos juros de mora sobre os dividendos a partir do vencimento de cada parcela.

Ressalta a necessidade de se observar a distinção entre parcelas vencidas e vincendas e a preservação dos limites da coisa julgada à luz da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.

Contrarrazões às fls. 366-373 (e-STJ).

Admitido o processamento do recurso na origem (e-STJ, fls. 375-384), ascenderam os autos a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que tenha decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder todos os

Superior Tribunal de Justiça

questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, situação que de fato ocorre nos autos.

Quanto ao termo inicial dos juros de mora sobre as parcelas vincendas dos dividendos, verifica-se que o Tribunal local decidiu a questão em harmonia com o entendimento firmado por esta Corte Superior no julgamento do REsp 1.301.989/RS, submetido à sistemática dos recursos repetitivos.

Por oportuno, veja-se a ementa do referido julgado:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CESSÃO DE DIREITOS. LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PERDAS E DANOS. CRITÉRIOS. COISA JULGADA. RESSALVA.

(...)

1.3. Os dividendos são devidos durante todo o período em que o consumidor integrou ou deveria ter integrado os quadros societários.

1.3.1. Sobre o valor dos dividendos não pagos, incide correção monetária desde a data de vencimento da obrigação, nos termos do art. 205, § 3º, Lei 6.404/76, e juros de mora desde a citação.

1.3.2. No caso das ações convertidas em perdas e danos, é devido o pagamento de dividendos desde a data em que as ações deveriam ter sido subscritas, até a data do trânsito em julgado do processo de conhecimento, incidindo juros de mora e correção monetária segundo os critérios do item anterior.

(...)

3. RECURSO ESPECIAL DE BRASIL TELECOM S/A NÃO CONHECIDO E RECURSO ESPECIAL DE SÉRGIO MARQUES ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO" (REsp 1.301.989/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2014, DJe 19/03/2014)

Registre-se que tal entendimento se aplica tanto às parcelas vencidas quanto às parcelas vincendas dos dividendos, conforme se extrai dos seguintes precedentes firmados por esta Corte Superior: REsp 1.736.410/RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, publicado em 1º/8/2018; REsp 1.710.503/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, publicado em 25/5/2018; AREsp 894.072/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, publicado em 18/5/2018; REsp 1.727.678/RS, Rel. Ministro Moura Ribeiro, publicado em 6/4/2018; REsp 1.727.245/RS, Rel. Ministro Antônio Carlos Ferreira, publicado em 27/3/2018; AgInt no REsp 1.586.549/RS, Rel. Ministro Ricardo Villas

Superior Tribunal de Justiça

Bôas Cueva, Terceira Turma, publicado em 02/02/2018.

Desse modo, estando a decisão recorrida em conformidade com o entendimento desta Corte Superior, mostra-se impositiva a manutenção do acórdão estadual. Incidência da Súmula 83/STJ à hipótese.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

